



# DIÁRIO

## *da Assembleia Nacional*

X LEGISLATURA (2014-2018)

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 26 DE MAIO DE 2015

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. José Diogo

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. Celmira Sacramento

Nenésio Afonso

Sebastião Pinheiro

#### SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 50 minutos.

Procedeu-se à tomada de posse de Deputados substitutos à Assembleia Nacional.

Antes da ordem do Dia. – Em assuntos de interesse político relevante, a Sra. Deputada Ângela Pinheiro (ADI) repudiou os crescentes casos de violação sexual de menores, citando o triplo homicídio que abalou o País, e apelou à celeridade da Justiça e união de todos para pôr fim a isso, tendo também usado da palavra, nos mesmos termos, as Sras. Deputadas Filomena dos Prazeres (PCD) e Beatriz Azevedo (MLSTP/PSD).

Também em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Jorge Amado (MLSTP/PSD) criticou o balanço de 6 meses de governação feito pelo Primeiro-Ministro, Patrice Trovoada, na comunicação social, dizendo que o mesmo devia ter sido feito no Parlamento, e também criticou o lançamento da obra de construção de uma cadeia de alta segurança como primeira acção do Governo.

Por sua vez, o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira (ADI) saudou o Governo pelos 6 meses de governação que, segundo o mesmo, está em linha com o Programa aprovado.

Ordem do Dia. – Foram aprovados, na generalidade, especialidade e em votação final global, os projectos de resolução n.ºs 22/X/2.º/2015 – Dá assentimento ao Sr. Presidente da República para se ausentar do Território Nacional; 14/X/1.º/2014 – Designação de cinco Deputados para integrarem o Grupo Nacional junto à REPAC»; 17/X/1.º/2015 – Designação de Membros para a Rede Parlamentar de Redução dos Riscos de Catástrofes (RRRC) de São Tomé e Príncipe e 10/X/1.º/2014 – Eleição de um membro para o Órgão de Recurso Colegial e Autónomo. Usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Ângela Pinheiro (ADI) Jorge Amado (MLSTP/PSD), Filomena Prazeres (PCD), Beatriz Azevedo (MLSTP/PSD), Idalécio Quaresma (ADI), Adilson Managem (ADI), Felisberto Afonso (UDD), Abnildo d'Oliveira (ADI), Marinho Domingos (ADI), Brito do Espírito Santos (MLSTP/PSD), Delfim Neves (PCD), e Ana Rita (MLSTP/PSD).

Foi eleita representante da Assembleia Nacional no Órgão de Recurso Colegial Autónomo a Sra. Celmira Neto do Sacramento.

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 12 horas e 5 minutos.

O Sr. Presidente: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 9 horas e 50 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

Acção Democrática Independente (ADI):

**Abnildo dos Nascimento d' Oliveira**  
**Adilson Cabral Managem**  
**Alda Quaresma d' Assunção dos Ramos**  
**Álvaro Martins das Neves**  
**Ângela dos Santos Ramos José da Costa Pinheiro**  
**Berlindo Branco Vilela Silvério**  
**Bilaine Carvalho Viegas de Ceita**  
**Carlos Manuel Cassandra Correia**  
**Celmira D'Almeida do Sacramento**  
**Danib Adilson Lima da Fonseca Narciso**  
**Egrinaldino de Carvalho Viegas de Ceita**  
**Evaristo do Espírito Santo Carvalho**  
**Fidel Leitão Marques d'Alva**  
**Flávio Pires Mascarenhas dos Ramos**  
**Gabriel Barbosa dos Ramos**  
**Idalécio Augusto Quaresma**  
**Esmaiel da Glória do Espírito Santo**  
**Joaquim Salvador Afonso**  
**Jorge Sousa Pontes Amaro Bondoso**  
**José António do Sacramento Miguel**  
**José Carlos Cabral D'Alva**  
**José da Graça Diogo**  
**José Manuel Macumbo Costa Alegre**  
**Martinho da Trindade Domingos**  
**Nenésio Quaresma Afonso**  
**Ossáquio Perpétua Rioa**  
**Pedro Jorge de Abreu e Carvalho**  
**Salcedas d'Alva Teixeira Barros**  
**Sebastião Lopes Pinheiro**  
**Silvestre Moreno Mendes**  
**Wilder Monteiro dos Santos**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

**Ana Isabel Meira Rita**  
**António Monteiro Fernandes**  
**António das Neves Sacramento Barros**  
**Arlindo Barbosa Semedo**  
**Beatriz da Veiga Mendes Azevedo**  
**Brito Vaz d'Assunção do Espírito Santo**  
**Deolindo Luís da Trindade da Mata**  
**Dionísio Leopoldino Fernandes**  
**Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos**  
**Jorge Amado**  
**Manuel da Cruz Marçal Lima**  
**Mohamed Guadalupe Ramos da Glória**  
**Osvaldo Tavares dos Santos Vaz**  
**Vasco Gonçalves Guiva**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

**Danielson Alcântara Fernandes Cotú**  
**Delfim Santiago das Neves**  
**Filomena Maria de Fátima Dias Xavier de Pina dos Prazeres**  
**Jorge Dias Correia**  
**José Luís Xavier Mendes**

União dos Democratas para a Cidadania e Desenvolvimento (UDD):

**Felisberto Fernandes Afonso**

O Sr. **Presidente**: — Gostaria de anunciar que a Mesa da Assembleia recebeu alguns pedidos de substituição de Deputados, vindos do Grupo Parlamentar do ADI, e convido a Sra. Secretária a proceder à leitura do Termo de Posse de Deputados substitutos.

A Sra. **Secretária** (Celmira Sacramento): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Vamos proceder ao empossamento de Deputados a esta Casa Parlamentar, começando pela leitura do Termo de Posse.

«Termo de Posse de Deputados à Assembleia Nacional.

Aos vinte e seis dias do mês de Maio do ano dois mil de quinze, compareceram ao Plenário da Assembleia Nacional os Srs. Deputados substitutos Álvaro Martins das Neves, Danib Adilson Lima da Fonseca Narciso, Fernando Afonso Ribeiro e Fidel Leitão Marques d'Alva, em substituição dos Srs. Deputados Manuel da Graça José Narciso, Arlindo Quaresma dos Santos, Ivo Mendonça da Costa e Mário Fernando, dos Círculos Eleitorais de Mé-Zóchi e Caué, tendo os mesmos prestado juramento nos seguintes termos:».

Os Srs. Deputados prestaram juramento nos termos constitucionais.

«E para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai assinado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, já assinado pelos empossados e por mim, a Secretária que o lavrou.»

O Sr. **Presidente**: — Vamos agora abordar questões atinentes ao período antes da ordem do dia, como consta no Boletim Informativo. Regimentalmente, temos o período de antes da ordem do dia que está reservado a declarações dos diferentes grupos parlamentares ou então alguma intervenção sobre assuntos de interesse relevante para o País.

Temos neste momento pedidos de intervenções sobre assuntos de interesse relevante, nomeadamente da Bancada do ADI, do PCD e do MLSTP/PSD.

Dito isto, passo a chamar os Srs. Deputados inscritos.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ângela da Costa Pinheiro.

A Sra. **Ângela Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Aproveito esta oportunidade, nesta augusta Assembleia, mais uma vez, para demonstrar o meu repúdio quanto ao caso de violação sexual de menores e de outros crimes bárbaros, nunca vistos no nosso solo pátrio. Todos sabemos do caso do triplo homicídio que abalou todos os sãos-tomenses e que também foi motivo de tristeza para todos os que tomaram conhecimento desse acto tão cruel.

Sras. e Srs. Deputados, antigamente, as nossas crianças podiam brincar nos quintais dos nossos vizinhos livremente, sem nenhuma preocupação, mas hoje vemos, no nosso dia-a-dia, as crianças sofrerem violência mesmo por parte de alguns que convivem com elas em casa. Temos que ter um controlo cerrado das nossas crianças.

Este é um assunto que a todos diz respeito, não podemos, de jeito nenhum, ficar indiferentes quanto a estas questões.

Digo mais, esses indivíduos que cometem esses tipos de crimes no seio familiar ou dos vizinhos, são doentes mentais, não pessoas normais.

Assinamos a Convenção dos Direitos das Crianças, onde diz que as crianças também têm direito a sua segurança. Se dentro das suas próprias casas elas não são respeitadas e protegidas, onde é que podem gozar desse direito?

Faço apelo a todas as autoridades, sobretudo o Ministério Público e os Tribunais para acelerarem o processo de julgamento e também dar a conhecer à população o desfecho desses casos, porque a nossa população está à espera com muita expectativa.

Também peço às autoridades competentes que dêem oportunidade a esses mesmos cidadãos para se reabilitarem, porque só punir não basta. Têm que ter a oportunidade de se reabilitarem, porque são doentes iguais àqueles que consomem drogas ou que são dependentes de qualquer coisa. Então, o nosso Estado tem que criar condições para que esses indivíduos sejam reabilitados, porque depois de cumprirem a pena – bom se saírem de lá vivos – voltarão a cometer o mesmo crime.

Sr. Presidente, Caras e Caros Deputados, aproveito a oportunidade, nesta ilustre Assembleia, para felicitar o Fórum das Mulheres São-tomenses que vem fazendo uma campanha de sensibilização contra esses crimes que têm acontecido no nosso país.

Aproveito também para felicitar a Câmara Distrital de Mé-Zóchi e não só, hoje soube também que aconteceu em Lembá. Ontem como tinha jantar do dia da África não deu para assistir o Telejornal, mas tive conhecimento agora e aproveito a oportunidade para felicitar essas duas Câmaras e apelo também que as outras façam o mesmo, e não só, a sociedade civil, as ONG, porque todos devemos unir-nos contra essa causa, que diz respeito a todos nós, que afecta a todos.

No Sábado, estive na praça e encontrei um grupo de estrangeiros, não sei se são portugueses, só sei que são brancos e estavam na praça, e passou um camião com muitos cidadãos são-tomenses, que começaram a insultar esses estrangeiros que estavam a fazer câmbio de moeda, dizendo: «vão para a vossa terra, estão aqui a violar as nossas crianças». Não eram aqueles, mas também sofreram por causa disso. É por isso que digo, mais uma vez, que isso diz respeito a todos que escolheram São Tomé e Príncipe para viver, todos que estão cá de passeio, a trabalhar, todos os são-tomenses. Queremos desenvolvimento sim senhor, mas não queremos o tipo desses crimes no nosso país, porque as crianças são inocentes, são indefesas. Nós, os adultos, temos que proteger as nossas crianças.

Sr. Presidente, Caras Deputadas, Caros Deputados, mais uma vez, vamos todos unir-nos a essa causa, vamos dizer basta à violação sexual de menores e também à violência doméstica.

O Sr. **Presidente**: — Antes de prosseguir com os nossos trabalhos, gostaria de informar que recebi um pedido do Ministério da Defesa, porque está a decorrer a VII Reunião dos Ministros da Defesa da CPLP e queriam fazer uma sessão de abertura com a transmissão radiofónica. Daí que coloco o problema ao Plenário, que é soberano. Se houver anuênciia, poderemos ceder. Eles pedem apenas para cedermos 10 minutos do nosso tempo para poderem fazer a intervenção, no momento de abertura da sessão. Se houver anuênciia, tudo bem. Por isso, coloco a questão em aberto.

A ideia é que façamos uma interrupção de 10 minutos para permitir que isso aconteça. É uma reunião da CPLP, também é uma questão importante para o País e querem também ter a possibilidade de ter uma transmissão em directo.

*Ruído.*

Se houver anuênciia da parte dos Srs. Deputados, cedemos. Caso não, continuaremos com a nossa sessão. Coloco essa questão para decidirmos.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, gostaria de dizer que, quanto ao meu Grupo Parlamentar, achamos que enquanto estiver no período de antes da ordem do dia, a comunicação social terá que estar presente. Posto isso, se a matéria não for de grande interesse, poderemos cedê-los a comunicação social.

Ah, eles querem a sala?

O Sr. **Presidente**: — Não. Só a linha.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Não pode ser, estamos no período de antes da ordem do dia.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, está registada a preocupação, porque de facto estamos no período de antes da ordem do dia.

Sendo assim, vamos continuar com a sessão.

Tem a palavra a Sra. Deputada Filomena Prazeres.

A Sra. **Filomena Prazeres** (PCD): — Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, bom dia.

Sinto-me ultrapassada pela Sra. Deputada que me antecedeu, mas tenho a dizer que de facto é preocupante essa situação. Eis que venho aqui, mesmo assim, como mãe, tia, avó e cidadã deste país, prestar a minha solidariedade às famílias vítima desse descalabro, se posso assim dizer, que assola infelizmente este país de nome santo.

Temos que unir os nossos esforços pra ver se pomos cobro a isso e apelo também que a justiça seja feita de facto, porque a coisa vai de mal a pior, para não dizer que vai rumo a péssimo. É desta vez e por todas que temos de olhar, olhos nos olhos, com firmeza, para a situação que assola as nossas crianças, as nossas mães, consecutivamente os pais, famílias e por aí fora.

É esta a contribuição que queria deixar e apelar o apoio de toda a sociedade são-tomense, Deputados, justiça, todos, porque nunca se viu coisa dessa em São Tomé e Príncipe.

*Aplauso do PCD.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Não ficando indiferente, o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD também tomou conhecimento do abuso e da falta de respeito que alguns dos nossos cidadãos, homens idóneos, cidadão com entendimento, com estudo, com classe, que agem de forma que têm agindo dentro do nosso país.

Quando estávamos na discussão do OGE na especialidade, uma deputada levantou a questão sobre onde encontrar meios para travar essa situação e o Sr. Ministro da Justiça disse-nos que os meios estão nos Tribunais e no Ministério Público.

Srs. Deputados, nós, as mães deste país, não podemos viver essa situação que temos estado a viver, mesmo não sendo nossos filhos. Em nome das mães e das mulheres, como Deputadas desta Casa Parlamentar, rogamos ao Tribunal, ao Governo, ao Presidente da República e ao Sr. Presidente desta Casa Parlamentar, para unirmos forças, a fim de travarmos esse abuso que tem estado a assolar o nosso país.

Toda gente sabe que as mulheres e as crianças são frágeis e que precisam de uma voz, de alguém que grite por elas.

Basta a violência doméstica, basta o abuso sexual de menores, basta todas as causas que têm denegrido o bom nome de São Tomé e Príncipe!

Gostaria de apelar a todos os homens e mulheres desta Casa Parlamentar, jovens, adultos e pessoa de terceira idade, que unamos as nossas forças, para travarmos esse abuso e essa violência.

O Sr. **Presidente**: — Praticamente todos os grupos parlamentares fizeram intervenção. Registo de bom grado o apelo feito de uma maneira geral por todos os grupos parlamentares, na pessoa das Sras. Deputadas. É uma questão que está a assolar o nosso país e daí que entendo esse apelo todo. Está registada a preocupação e na altura própria transmitirei essa preocupação a outros órgãos de soberania. Fica registada a preocupação e fica a promessa para o futuro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, bom dia. Infelizmente, pela primeira vez nesta Casa Parlamentar, temos uma sessão onde não está presente o representante do Governo.

Com sua permissão, Sr. Presidente, pretendo aqui manifestar a preocupação do meu Partido, tendo em conta que, na passada Sexta-feira, tivemos a oportunidade de ouvir, através dos órgãos de comunicação social, o balanço de 6 meses de governação do Governo do ADI, chefiado por Sua Excelência o Primeiro-Ministro Dr. Patrice Trovoada.

Esse balanço, quanto a nós, devia ter sido feito aqui nesta Casa Parlamentar, de forma a colher a sensibilidade, a avaliação que os Deputados, os representantes do povo, fazem dos 6 meses de governação do Governo do ADI. É assim que manda a regra.

O Sr. Primeiro-Ministro tem uma maioria confortável nesta Casa Parlamentar e não deve continuar com a prática de fugir aos debates aqui. Ouvimos dizer que «a culpa nunca morre solteira, o que significa dizer que o resultado de governação do ADI na vida do povo, se for negativo, não será imputado apenas ao ADI, mas também aos representantes do povo, os partidos de oposição representados nesta Casa Parlamentar, que na altura certa não colaboraram, não souberam dizer «basta, assim, não dá, assim iremos arruinar o nosso país e destruir a esperança do nosso povo».

É por esta razão que o partido MLSTP/PSD sentiria todo o prazer de, aqui nesta Casa Parlamentar, anisar com o Primeiro-Ministro o balanço dos 6 meses de governação, ao invés de o fazer isoladamente.

O MLSTP/PSD considera que os 6 meses de governação do ADI foi completamente desastroso. Estamos conscientes de que em 6 meses o Governo não pode fazer tudo, mas pode fazer alguma coisa que deixe um sinal de esperança para o futuro...

O Sr. **Idalécio Quaresma**: — Sr. Presidente, uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma.

O Sr. **Idalécio Quaresma**: — Sr. Presidente, eu só gostaria de saber se isso é uma declaração política ou se é mesmo assunto de interesse político relevante.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — É uma declaração política.

O Sr. **Idalécio Quaresma**: — Então está desactualizada.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Não está desactualizada, está inscrita.

O Sr. **Idalécio Quaresma**: — A declaração política está enquadrada no ponto 1 do artigo 83.º do Regimento da Assembleia Nacional, que diz: «1. O período de antes da ordem do dia é destinado:

- a) À leitura dos anúncios que o regimento impuser e de expediente;
- b) As declarações políticas;»

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Foi inscrito, Sr. Deputado.

O Sr. **Idalécio Quaresma**: — Foi inscrito como declaração política?  
O senhor devia ser o primeiro a usar da palavra.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, diga ao Sr. Deputado que me deixe falar.

*Murmúrios.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado...

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Cada um tem o direito de se expressar nesta Casa Parlamentar.

O Sr. **Idalécio Quaresma**: — O senhor tem como eu tenho. Estou a me dirigir ao Sr. Presidente.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — O senhor não tem nada que me interromper.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, assim estamos a ultrapassar tudo completamente. Vamos nos acalmar, porque estamos em plena sessão plenária. Vamos acalmar os ânimos.

O Sr. Deputado ainda tem muito por dizer, portanto, pode continuar.

O Sr. **Idalécio Quaresma**: — Ninguém está de ânimo exaltado.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Talvez foi por esta razão que a conferência de imprensa dada pelo Sr. Primeiro-Ministro não correspondeu à expectativa. O Sr. Primeiro-Ministro falou de tudo, mas não fez o balanço da governação, de tal ponto que não soube responder à pergunta dos jornalistas sobre o que fez nesses 6 meses de governação.

Não pôde responder, porque na realidade, nesses últimos 6 meses, o Governo só desgovernou o país, não fez nada. Com uma Administração Pública caótica, uma administração financeira que não respeita as regras, a falta de poder reconhecer que as acções que o Governo vem executando são obras do governo anterior.

Quem importou as viaturas para os taxistas e os magistrados foi o governo anterior.

Quem negocou os novos autocarros escolares foi o governo anterior.

*Pausa.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, terminou a sua intervenção?

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, não terminei a minha intervenção.  
Simplesmente que com as vossas perturbações as minhas folhas se desorganizaram.

*Risos do MLSTP/PSD e do PCD.*

Quem negocou o arroz que o Governo tentou vender a 13 000 dobras por quilo, foi o governo anterior. Este Governo prometeu o arroz a 13 000 dobras por quilo, mas não importou sequer 1 quilo de arroz para vender a 13 000 dobras.

Podemos aqui enumerar acções diversas que esta Governo vem exibindo vergonhosamente como se fossem suas: a estrada de Sam Fenícia; o parque ex-Sinécia, a captação de água de Monte Macaco, a electrificação de algumas localidades.

Como se pode admitir que um governo que passou o tempo preocupado, percorrendo distritos, elaborando o orçamento do cidadão para o cidadão e, quando o orçamento é aprovado, a primeira coisa que faz nesses primeiros 6 meses, a primeira oportunidade que tem, é o lançamento de pedra para a construção de uma cadeia de alta segurança! Será que o Governo entende bem o que significa a construção de uma cadeia de alta segurança? Será que o Sr. Primeiro-Ministro conhece bem os regulamentos jurídicos penais que regem o nosso país?

O Sr. **Adilson Managem** (ADI):— Oh! Está com medo?

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD):— O MLSTP/PSD nunca disse que o País não precisa de novas cadeias. É necessário saber que tipo de cadeia se pretende construir. Uma cadeia de alta segurança que nos faz lembrar o Tarrafal, o período de opressão da antiga PID, com todos os mecanismos de tortura.

*Aplausos do MLSTP/PSD.*

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero dizer que é uma cadeia que infelizmente, nem São Tomé e nem São Miguel aprovou, pois depois de o Sr. Primeiro-Ministro visitar o local, a ponte que leva ao local desabou. Isto significa que São Tomé poderoso não aprova as más intenções...

O Sr. **Presidente**:— Sr. Deputado, não queria interrompê-lo, é apenas para lembrar que tem apenas 10 minutos de intervenção para a declaração política.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, não me interrompa, por favor.

O Sr. **Presidente**:— Estou a lembrá-lo.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD):— Ah! Está a me lembrar. Está certo. Obrigado.

O Sr. **Presidente**:— Estou a seguir o Regimento.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD):— ...nos 6 meses de governação, podemos constatar que o Governo aumentou o nível de desemprego neste país. Desencadeou a onda de perseguição em todos os lugares...

*Murmúrios do ADI.*

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, o meu tempo ainda não terminou. O período de antes da ordem do dia é de 1 hora, distribuída entre os Deputados, e a Bancada do MLSTP/SD tem 16 minutos.

O Sr. **Presidente**:— Vou fazê-lo lembrar o que diz o Regimento. O artigo 85.º, ponto 1, diz: «Cada grupo parlamentar tem direito a produzir, no período de antes da ordem do dia, uma declaração política com a duração máxima de 10 minutos e com prioridade sobre as demais intervenções». Está claro, Sr. Deputado. Neste momento, já se passaram 12 minutos. Cada Deputado tem a intervenção de 10 minutos e não pode exceder.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD):— Isto não é uma declaração política, Sr. Presidente.

*Risos do ADI.*

O Sr. **Presidente**:— Está sim!

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD):— A declaração política é que tem tempo regulamentado. Intervenções no período de antes da ordem do dia são 10 minutos para cada bancada.

A Sra. **Ângela Pinheiro** (ADI):— Isto é uma brincadeira! Primeiro era uma declaração política e agora já não é.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, eu entendo e vejo as movimentações e as perturbações que vêm da Bancada do seu Partido e estou certo que não estão interessados em que eu faça a minha intervenção. Ora, neste sentido, aguardarei a oportunidade para podermos convidar o Sr. Primeiro a um debate aqui nesta Casa Parlamentar...

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — À vontade. Faça isso, meu senhor

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD):— ...e quero aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, para poder recordá-lo que o nosso grupo parlamentar introduziu um requerimento, solicitando a Vossa Excelência que fizesse chegar a nós o relatório do inquérito do navio que afundou nas nossas águas territoriais. Queremos saber de tudo que se passou com o navio pirata que esteve nas nossas águas territoriais.

Em suma, Sr. Presidente, não posso deixar de dizer que este Governo deixou o povo completamente em debandada, criou condições para que houvesse o aumento da violência neste país, para que houvesse, neste país, o empobrecimento dos que são mais pobres. Este Governo tem entrando nos bolsos das pessoas e tem cobrado os impostos de 400 a 500%, o que podemos dizer...

*Entretanto, o Sr. Presidente retirou a palavra ao Sr. Deputado.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não queria interrompê-lo. Só queria dizer que o Sr. Deputado próprio, pela sua consciência, acabou de citar aquilo que deveria fazer, solicitar uma sessão plenária e questionar o Governo sobre tudo que o acabou de apresentar. Isso é regimental.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, há mecanismos regimentais para que se proceda a uma declaração política, num grupo parlamentar, sem a tal limitação do tempo que o senhor quer impor e nem tem todos os *sururus* que tem havido aqui, para impedir que a pessoa faça o uso da palavra.

O Sr. **Presidente**: — Sim, Sr. Deputado, não quero polemizar consigo, confesso. Não é essa a minha intenção, apenas utilizei o mecanismo regimental, para lembrar a todos os grupos parlamentares e a todos os Srs. Deputados que temos regras ao nível da Assembleia da República, e essas regras têm que ser respeitadas. É apenas isso.

Tem a palavra o Sr. Felisberto Afonso.

O Sr. **Felisberto Afonso** (UDD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, bom dia.

Meus senhores, quando esta Assembleia iniciou, era tão bonita e tão respeitosa! Vamos continuar assim! Penso que o Presidente tem a capacidade para resolver os problemas e não estarem os deputados a interromper uns aos outros. Assim fica mal, meus senhores! Assim a nossa imagem fica péssima e isso pode virar um caos.

*Aplausos do MLSTP/PSD.*

O Sr. Presidente tem toda a capacidade para resolver o problema e temos que o obedecer. É só isso, obrigado.

*Aplausos do MLSTP/PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Deputado, pela sua intervenção. Vamos continuar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado disse que estava ultrapassado.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados...

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — O Sr. Deputado disse que estava ultrapassado. O senhor não está a cumprir a regra. Não pode haver dois pesos e duas medidas.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Fui inscrito no período de antes da ordem do dia para trazer...

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Não pode haver dois pesos e duas medidas.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — ... uma intervenção de interesse relevante ao nível do meu grupo parlamentar, e a minha intervenção vai no sentido daquilo que é a governação de São Tomé e Príncipe.

Passados 6 meses, o Governo apresentou, através de uma entrevista, a sua visão e o seu balanço dos últimos 6 meses...

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, todo mundo aqui está à espera da sua palavra.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — ...o Grupo Parlamentar do ADI saúda o Governo pelos 6 meses da sua governação. O Governo está em linha com o seu Programa de governação aprovado aqui nesta Casa.

O povo votou na mudança e essa mudança tem um horizonte temporal de 4 anos.

Não se consegue fazer uma mudança em 6 anos.

*Risos.*

Seis meses, queria eu dizer. E mesmo se fosse em 6 anos, nunca se muda em 6 anos o que foi destruído em trinta e tal anos.

*Aplausos do ADI.*

Por isso, daquilo que já foi feito pelo Governo e o que está por fazer, mesmo ainda este ano, muitas acções até inscritas no OGE que aqui nesta Casa foi aprovado, o povo sentirá o efeito da mudança. Sr. Presidente, com a sua permissão, quero abrir parenteses, não gosto de trazer coisas pessoais para esta Casa, pois vim aqui em representação do povo e é em nome do povo que devo prestar contas. Fala-se da perseguição política, fala-se que a oposição não tem espaço. Meus senhores, vamos pôr a mão na consciência. Eu, como porta-voz do Partido ADI, dei uma conferência de imprensa, não passou. Nos 2 anos em que estive na oposição;

O actual Presidente da Assembleia, Diogo, deu uma conferência de imprensa, não passou, mas hoje o MLSTP/PSD tem espaço na televisão, o PCD tem espaço na televisão, não vêm dizer que a televisão está a fazer censura e que há perseguição.

Senhoras e senhores, venho encorajar o Governo na sua acção. Temos um Programa do Governo que foi aprovado aqui, temos um OGE, e desafiamos a oposição a apresentar-nos uma proposta que possa nos desafiar.

*Aplausos do ADI.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, vamos encerrar este capítulo e imediatamente passarmos a abordar os assuntos inscritos no período da ordem do dia.

**O Sr. Jorge Amado (MLSTP/PSD):** — Direito a resposta, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Estamos no período da ordem do dia. Não tem direito a resposta. Vamos abordar questões inscritas na ordem do dia. Rapidamente, conforme está no Boletim Informativo, agora vamos fazer a análise e aprovação na generalidade, especialidade e votação final global do projecto de resolução n.º 22/X/2.ª/2015, que dá assentimento ao Sr. Presidente da República para se ausentar do Território Nacional.

**O Sr. Jorge Amado (MLSTP/PSD):** — Sr. Presidente, interpelação à Mesa.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado.

**O Sr. Jorge Amado (MLSTP/PSD):** — É para dizer ao Sr. Presidente que estamos numa sessão plenária da Assembleia Nacional composta por todos os Deputados que fazem parte deste órgão. Ora, não se pode admitir que se tenha uma Mesa da Assembleia constituída apenas por Deputados do ADI e que impeça que a oposição tenha direito à palavra.

**O Sr. Presidente:** — Neste caso, onde é que está o deputado?

**O Sr. Jorge Amado (MLSTP/PSD):** — Está na Sala e o senhor não chamou.

**O Sr. Presidente:** — Chamei sim. Não chamei com o nome, mas disse ao Sr. Deputado para tomar o seu assento e veio alguém.

**O Sr. Jorge Amado (MLSTP/PSD):** — Chamou o Deputado do ADI.

**O Sr. Presidente:** — Podem verificar as gravações, não chamei pelo nome. Chamei o deputado que deve assentar aqui na Mesa da Assembleia. Quem é o deputado que deveria preencher este lugar?

*Murmúrios.*

Ele é o segundo vice. Há um primeiro e um segundo vice-secretário.

**O Sr. Jorge Amado (MLSTP/PSD):** — Não existe primeiro nem segundo vice-secretário, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Vamos avançar os nossos trabalhos e escusar estar a perder tempo com essas questões. Vamos continuar.

Gostaria de informar que, de acordo com o Regimento da Assembleia Nacional, no seu artigo 246.º: «A discussão em reunião plenária tem por base a mensagem do Presidente da República e nela tem direito de intervir o Governo e um deputado de cada grupo parlamentar.» É isso que vamos fazer agora. Nestes termos, convido a Sra. Secretária para fazer a leitura da mensagem do Presidente, também do respectivo projecto de resolução e o parecer da 2.ª Comissão.

Tem a palavra a Sra. Secretária.

**O Sra. Secretária:** — Sr. Presidente, passo a ler a carta enviada por Sua Excelência o Presidente da República ao Sr. Presidente da Assembleia Nacional.

«Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Nacional, São Tomé.

Excelência, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 85.º da Constituição da República, venho solicitar o assentimento da Assembleia Nacional para me ausentar do Território Nacional, na Quinta-feira, dia 28 de Maio, com destino a Abuja – República Federativa da Nigéria, a fim de participar nas cerimónias de tomada de posse do Presidente eleito da Nigéria, Sua Excelência o General Mahamadu Buhari, estando o meu regresso previsto para o Sábado, dia 30 de Maio de 2015.

Queira, Excelência, aceitar os protestos da minha mais alta consideração.

Palácio do Povo, em São Tomé, 14 de Maio de 2015.

O Presidente da República, *Manuel Pinto da Costa.*»

A 2.ª Comissão emitiu um parecer, mas passo a ler agora o projecto de resolução. «Projecto de resolução n.º 22/X/2.ª/2015.

Tendo em conta o pedido de assentimento formulado por Sua Excelência o Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, através da sua missiva datada de 14 de Maio do corrente ano;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º.

É dado assentimento, nos termos do n.º 1 do artigo 85.º da Constituição, para que Sua Excelência o Presidente da República se possa ausentar do Território Nacional, de 28 a 30 de Maio do ano 2015, com destino a Abuja – República Federativa da Nigéria, em visita oficial, a fim de participar nas cerimónias de tomada de posse do Presidente eleito, Sua Excelência o General Mahammadu Buhari.

Artigo 2.º.

A presente resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 26 de Maio de 2015.

O Presidente da Assembleia Nacional, *José da Graça Diogo.*»

**O Sr. Presidente:** — Agora, convido o Presidente da 2.ª Comissão ou o Sr. Deputado por ele indicado, para proceder à leitura do parecer da Comissão.

**O Sr. Martinho Domingos (ADI):** — Sr. Presidente, com a sua permissão, convido o Sr. Deputado Brito a apresentar o parecer.

Tem a palavra o Sr. Deputado Brito do Espírito Santo.

**O Sr. Brito do Espírito Santo (MLSTP/PSD):** — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

«Parecer da 2.ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional sobre o pedido de assentimento para Sua Excelência o Presidente da República se ausentar do País.

Foi submetido à Assembleia Nacional, no dia 18 do corrente mês, um pedido de assentimento para Sua Excelência o Presidente da República ausentar-se do Território Nacional, com destino a Abuja - República Federativa da Nigéria, no dia 28 de Maio do ano em curso, a fim de participar nas cerimónias de tomada de posse do Presidente eleito, o General Mahammadu Buhari, estando o seu regresso previsto para o Sábado, dia 30 de Maio corrente.

Esta solicitação vem ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 85.º da Constituição da República, coadjuvado com o n.º 1 do artigo 244.º do Regimento da Assembleia Nacional.

Neste sentido, a 2.ª Comissão Especializada Permanente, Comissão de Relações Exteriores, Comunidades, Defesa e Mar, nos termos da alínea e) do artigo 4.º do seu Regimento, reuniu-se em sessão extraordinária, no dia 21 do corrente mês, na sala da 1.ª Comissão, tendo-se debruçado sobre o assunto. Portanto, uma vez que se cumpriu todos os requisitos constitucionais e legais, a 2.ª Comissão Especializada Permanente recomenda à Mesa da Assembleia Nacional a submetê-lo ao Plenário, para os devidos efeitos.

São Tomé, 21 de Maio de 2015.

O Presidente, Martinho Domingos e o relator, Brito Espírito Santo.»

**O Sr. Presidente:** — Depois da leitura do projecto de resolução e do respectivo parecer, vamos apreciar o projecto de resolução na generalidade.

Peço às Sras. e os Srs. Deputados, caso queiram intervir, para o fazer agora.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado.

**O Sr. Jorge Amado (MLSTP/PSD):** — Sr. Presidente, o meu Grupo Parlamentar não tem nenhuma objecção em relação a esta deslocação, daí que somos favoráveis a que o Sr. Presidente possa deslocar-se.

Aproveito a oportunidade para pedir ao Sr. Presidente para que faça diligências para desviar o púlpito de onde está.

Risos.

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado falou algo que me baralhou um pouco.

Como havia dito, vamos passar a apreciar, na generalidade, o projecto de resolução que dá assentimento ao Sr. Presidente da República para se ausentar do Território Nacional, de acordo com o seu pedido.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, com 49 a favor.*

Vamos passar à votação na especialidade.

Preâmbulo.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, com 49 a favor.*

Artigo 1.º.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, com 49 a favor.*

Artigo 2.º.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, com 49 a favor.*

Vamos passar à votação final global do projecto de resolução.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, com 49 a favor.*

Srs. Deputado, vamos proceder à apreciação do segundo ponto da ordem do dia, «análise e votação, na generalidade, especialidade e final global do projecto de resolução n.º 14/X/1.º/2014, para a designação de cinco Deputados para integrarem o Grupo Nacional junto à REPAC».

Esse projecto de resolução já foi publicado no Diário da Assembleia Nacional e distribuído às Sras. e Srs. Deputados, numa outra sessão. Estamos apenas a proceder à continuidade e à finalização definitiva.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Pedi a palavra na sequência da parte final da sua intervenção, documentos publicados no *Diário da Assembleia*. Estamos com uma dificuldade. Compreendo o esforço que fez a Secretaria-geral da Assembleia, se calhar, em distribuir computadores e uma *pen drive* para todos os Deputados, no entanto, remeter os documentos por via electrónica suspender, acho, por via papel, estamos a violar. Ao fazer isso, temos que alterar o Regimento, porque os actos da Assembleia são públicos. Independentemente de os Deputados receberem, qualquer cidadão deve ter acesso. Ao enviar os actos da Assembleia por sistema electrónico, direcionado para os deputados, significa dizer que as outras pessoas que não são deputados, que não têm endereço electrónico dos serviços da Assembleia, não terão acesso.

Quero dizer isso, porque votamos agora um projecto de resolução que, confesso, na leitura, havia algumas gralhas. Espero bem que na redacção final se façam essas correcções, mas se fosse em papel, de certeza absoluta que muitos deputados contribuiriam para melhorar o trabalho da Assembleia. Se já estamos considerados por alguns como um Parlamento um pouco fraco, com esse sistema vamos enfraquecer muito mais.

Independentemente de se enviar por sistema electrónico, respeitando o que está no Regimento, tem que ser impreso em papel, até porque isso facilita muito os Srs. Deputados. Sejamos honestos, nem todos os deputados conseguem manusear como deve ser um computador, embora tenha recebido, por direito próprio. Isso dificulta as pessoas de participarem com alguma propriedade em algumas discussões.

O Sr. **Presidente**: — Essa preocupação fica registada e em devida altura verei qual é o atendimento a dar.

Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, a minha contestação vem na base do que disse o Sr. Deputado Delfim Neves.

Antes recebímos os projectos em suporte papel, o que nos permitia estar mais dentro do assunto. Recebi a convocatória, através de correio electrónico, e não consta o projecto de resolução. Apenas recebi a convocatória para estar aqui na Assembleia hoje. Os outros documentos não vieram em anexo. Isso fica mal, estarmos aqui a levantar e abaixar a mão, sem saber na realidade o que está a acontecer.

O Sr. **Presidente**: — Sra. Deputada, muito obrigado pelo reparo e em devida altura tomarei em consideração tudo o que acabou de dizer, assim como o que disse também o Sr. Deputado Delfim Neves. Encontrarei uma forma de resolver esses problemas o mais rápido possível.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, é com base nessa reflecção apresentada pelo Sr. Deputado Delfim Neves e que deu sequência a Sra. Deputada Beatriz Azevedo. De facto têm razão quanto à publicação do Diário, mas se formos ver no artigo 132.º do Regimento, o ponto 4 diz o seguinte: «O *Diário* é publicado integralmente na Biblioteca da Assembleia Nacional, sendo facultada a sua consulta a qualquer

cidadão, nos termos do respectivo regulamento». Acredito que os serviços produzem e põem disponíveis os Diários também na Biblioteca da Assembleia Nacional.

Quanto às convocatórias e o Diário, recebi, todos os documentos estão aqui. Pode ser que houve uma falha dos serviços e apelo para terem isso em conta e ver com a Sra. Deputada se houve falha e corrigir.

**O Sr. Presidente:** — Sras. e Srs. Deputados, sei que mandei publicar, porque mando publicar sempre aquilo que é deveras interessante para a nossa Assembleia. É verdade que qualquer evolução fica sujeita a travões, as pessoas não estão habituadas com o sistema electrónico, há alguma resistência, mas acho que vamos evoluir para isso. A vontade é poupar custos, e quando se fala em poupar custos reduzir no papel é sempre bom.

Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação, na generalidade, do segundo projecto de resolução, «projecto de resolução n.º 14/X/1.ª/2014 que designa cinco Deputados para integrarem o Grupo Nacional junto à REPAC».

Convido a Sra. Secretária para proceder à leitura do projecto de resolução, para o conhecimento dos Srs. Deputados, depois passaremos à votação.

**A Sra. Secretária:** — «Projecto de resolução n.º 14/X/1.ª/2014 – Eleição de Deputados para integrarem o Grupo Nacional junto à Rede dos Parlamentares da África Central (REPAC).

#### Preâmbulo.

Tornando-se necessário proceder à designação dos Deputados à Assembleia Nacional, para integrar o Grupo Nacional junto à Rede dos Parlamentares da África Central (REPAC), no âmbito da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC);

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

#### Artigo 1.º. Designação.

São designados como membros do Grupo Nacional junto à Rede dos Parlamentares da África Central (REPAC) os seguintes Srs. Deputados:

Adilson Cabral Managem, do Grupo Parlamentar do ADI;

Egrinaldino de Carvalho Viegas de Ceita, do Grupo Parlamentar do ADI;

Ângela dos Santos Ramos José da Costa Pinheiro, do Grupo Parlamentar do ADI;

António das Neves Sacramento Barros, do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD; e

Jorge Dias Correia, do Grupo Parlamentar do PCD.

#### Artigo 2.º. Entrada em vigor.

A presente resolução entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 26 de Maio de 2015.

O Presidente da Assembleia Nacional, José da Graça Diogo.»

**O Sr. Presidente:** — As Sras. e os Srs. Deputados acabaram de tomar conhecimento dos nomes dos Srs. Deputados que foram designados para integrarem a REPAC. Vamos passar à votação na generalidade.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, com 49 a favor.*

Vamos passar à apreciação, na especialidade, do referido projecto de resolução, começando pelo preâmbulo.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, com 49 a favor.*

Vamos passar à votação, artigo por artigo.

**A Sra. Ana Rita (MLSTP/PSD):** — Quem é o deputado eleito?

**Uma Voz:** — Já leram os cinco nomes. Estamos agora na especialidade.

**O Sr. Presidente:** — Sra. Deputada, a Sra. Secretária já leu os nomes dos Deputados. Querem que se repita os nomes?

*Murmúrios.*

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

**O Sr. Delfim Neves (PCD):** — Essa é a dificuldade que temos. Temos de conhecer efectivamente os verdadeiros colegas. Costuma-se dizer, na nossa língua materna, «concê n'guê sá nome, ponta n'guê sá ya

*lá lá*». Leu-se os nomes, mas se calhar a Sra. Deputada não sabe quem são essas pessoas. É bom que quando se diz o nome das pessoas, elas se levantam, para sabermos quem é. Isso é muito importante.

*Pausa para a apresentação dos Srs. Deputados.*

O Sr. **Presidente**: — Após a apresentação dos Srs. Deputados, podemos continuar os nossos trabalhos. Vamos proceder à votação do artigo 1.º.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, com 49 a favor.*

Artigo 2.º. Entrada em vigor. Algum comentário?  
Não havendo, podemos avançar.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, com 49 a favor.*

Vamos proceder à votação final global.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, com 49 a favor.*

Vamos passar ao terceiro ponto da ordem do dia, «análise e votação, na generalidade, especialidade e final global do projecto de resolução n.º 17/X/2.º/2015, que designa os Deputados para integrarem a Rede Parlamentar para a Redução de Riscos de Catástrofes (RRC)».

É de salientar que este projecto de resolução também foi objecto de publicação no *Diário da Assembleia Nacional* e foi distribuído às Sras. e Srs. Deputados já há algum tempo a esta parte.

Convido a Sra. Secretária para proceder à leitura do referido projecto de resolução.

A Sra. **Secretária**: — «Projecto de resolução n.º 17/X/2.º/2015 – Designação dos Membros para Rede Parlamentar de Redução dos Riscos de Catástrofes (RRC) de São Tomé e Príncipe.

Preâmbulo.

Tornando-se necessário proceder à designação dos Deputados pela Assembleia Nacional para integrar à Rede Parlamentar de Redução dos Riscos de Catástrofes (RRC) de São Tomé e Príncipe, criada através da resolução n.º 98/IX/2.º/2014, de 30 de Junho, com o objectivo de avaliar e fiscalizar as acções das entidades envolvidas em matéria de RRC;

Atendendo que, de conformidade com o artigo 2.º da referida resolução, esta Rede Parlamentar é composta por um número mínimo de três e máximo de cinco Deputados à Assembleia Nacional, em efectividade de funções;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º. Designação.

São designados como membros da Rede Parlamentar de RRC de São Tomé e Príncipe, os seguintes Srs. Deputados:

1. Bilaine Carvalho Viegas de Ceita do Grupo Parlamentar do ADI;
2. José António Miguel do Grupo Parlamentar do ADI;
3. Silvestre Moreno Mendes do Grupo Parlamentar do ADI;
4. Deolindo Luís da Trindade da Mata do Grupo Parlamentar do (MLSTP/PSD); e
5. José Luís Xavier Mendes do Grupo Parlamentar do PCD.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

A presente resolução entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 26 de Maio de 2015.

O Presidente da Assembleia Nacional, *José da Graça Diogo*.

*Entretanto, assumiu a Presidência o Sr. Deputado Evaristo Carvalho.*

*Eram 11 horas e 25 Minutos.*

O Sr. **Presidente** (Evaristo de Carvalho): — Para continuar os nossos trabalhos, como o Deputado mais velho, ou mais idoso, depois de termos ouvido a leitura do projecto de resolução, passaríamos para a sua discussão. Se não houver qualquer intervenção, vamos primeiramente à aprovação, na generalidade. Portanto, com a vossa permissão, passaria à votação, na generalidade, do projecto de resolução n.º 17/X/1.º/2015.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, com 48 votos a favor.*

O Sr. **Presidente** (Evaristo Carvalho): — Agora, vamos passar à votação, na especialidade. Há alguma proposta de emenda ou acréscimo?

Se não houver, passaremos à votação.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, com 48 Votos a favor.*

O Sr. **Presidente** (Evaristo Carvalho): — Vamos agora à votação final global do projecto de resolução n.º17/X/1.ª/2015.

*Submetido à votação foi aprovado por unanimidade, com 48 votos.*

O Sr. **Presidente** (Evaristo Carvalho): — Em seguida, temos o projecto de resolução n.º10/X/1.ª/2014, que se trata de eleição de um membro para o Órgão de Recurso Colegial e Autónomo. Penso que é um projecto igualmente publicado no Diário da Assembleia Nacional, pelo que convido a Sra. Secretária a proceder à sua leitura.

Tem a palavra a Sra. Secretária.

*Aplausos do ADI.*

*Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente José Diogo.*

*Eram 11 horas e 35 Minutos.*

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, vamos prosseguir com a eleição de um ou uma representante da Assembleia Nacional para o Órgão de Recurso Colegial e Autónomo. Peço aos serviços para procederem à distribuição dos boletins de voto.

A mesa recebeu uma proposta de candidatura em nome da Sra. Celmira Quaresma, proposta da Bancada do ADI.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Podem, por favor, me decifrar o que é isso de Órgão Colegial Autónomo, porque não percebi bem.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira, para a apresentação da candidatura da Sra. Celmira Quaresma.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, passo a fazer uma curta apresentação da candidata a este órgão. É uma candidatura apresentada pelo Grupo Parlamentar do ADI.

A candidata chama-se Celmira Neto Quaresma, mora em Quilombo, São Tomé, nasceu a 8 de Setembro de 1985.

É licenciada em Direito pela Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe, concluiu a formação de agente da Polícia de Investigação Criminal (PIC), fez o curso de Contractos Comerciais Internacionais, realizado pela Ordem dos Advogados de São Tomé e Príncipe e também, em 2013, foi instrutora processual do Ministério da Justiça, da Administração Pública e dos Assuntos Parlamentares, a nível da Polícia de Investigação Criminal (PIC) e é actualmente agente da Polícia de Investigação Criminal.

Em termos de línguas, a candidata Celmira Neto Quaresma fala o português e tem o domínio básico do inglês e francês.

Portanto, de forma sucinta, são estas as informações que posso apresentar daquilo que é o currículo da candidata.

O Sr. **Presidente**: — Convido agora os dois secretários para serem escrutinadores, para iniciarmos assim a eleição.

*Foi eleita representante da Assembleia Nacional no Órgão de Recurso Colegial Autónomo a Sra. Celmira Neto do Sacramento, com 30 votos a favor, 2 votos contra, 9 abstenções e 10 votos em branco.*

*Aplausos do ADI.*

O Sr. **Presidente**: — Infelizmente, a questão se repete, normalmente não se permite votos em branco, portanto, os Srs. Deputados têm que se pronunciar. Votem a favor ou contra, mas o voto em branco não existe. No acto de votação, o nosso Regimento não permite isso.

O Sr. Deputado Delfim Neves pediu a palavra?

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Negou, acenando a cabeça.

O Sr. Presidente: — Vamos continuar.

Convido a Sra. Secretária a proceder à leitura do projecto de resolução para formalizar o acto eleitoral.  
Tem a palavra a Sra. Secretária.

A Sra. Secretária: — «Projecto de resolução n.º 10/X/1.ª/14 – Eleição de um membro para o Órgão de Recurso Colegial e Autónomo.

Preâmbulo.

Tornando-se necessário proceder à eleição de um representante da Assembleia Nacional no órgão de Recurso Colegial e Autónomo, no âmbito de Lei n.º 8/2009, de 26 de Agosto, que aprova o Regulamento de Licitações e Contratações Públicas;

Sendo imperioso que assim se faça, em virtude da importância de que este órgão se reveste, na implementação da referida Lei;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º Eleição.

É eleita a Senhora Celmira Neto Quaresma como representante da Assembleia Nacional no Órgão de Recurso, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei 8/2009.

Artigo 2.º Entrada em vigor.

A presente resolução entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

A Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 26 de Maio de 2015.

O Presidente da Assembleia Nacional, *José da Graça Diogo*.»

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos prosseguir com os nossos trabalhos. Portanto, agora vamos fazer a apreciação, na generalidade, deste projecto de resolução.

Não havendo considerações, vamos passar à votação.

*Submetido à votação, foi aprovado com 32 votos a favor e 16 abstenções.*

Agora, passaremos à votação na especialidade, como sabem, artigo por artigo, começando pelo preâmbulo.

Há algum comentário, alguma correcção? Sras. e Srs. Deputados, estamos a apreciar o preâmbulo.

Não havendo comentários, vamos passar à votação.

*Submetido à votação, foi aprovado com 31 votos a favor e 18 abstenções.*

Artigo 1.º.

Há alguma consideração.

Não havendo, vamos passar à votação.

*Submetido à votação, foi aprovado com 31 votos a favor e 18 abstenções.*

Agora, vamos apreciar o último artigo, entrada em vigor.

Há algum reparo? Algun pronunciamento.

Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à votação.

*Submetido à votação, foi aprovado com 31 votos a favor e 18 abstenções.*

Passemos à votação final global do projecto de resolução n.º 10/X/1.ª/2014 – Eleição de um membro para o Órgão de Recurso Colegial e Autónomo.

*Submetido à votação, foi aprovado com 31 votos a favor e 18 abstenções.*

Portanto, acabamos de concluir a votação, na especialidade, deste projecto de resolução e também a votação final global. Portanto, acho que estamos a chegar ao fim do nosso trabalho de hoje e, não havendo nada mais a tratar...

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. Delfim Neves (PCD): — Sr. Presidente, é apenas para clarificar que os Diários da Assembleia não estão na Biblioteca. Apenas o que está aí é o do dia 15 de Maio de 2015, que é o Diário n.º 7.

O Sr. Presidente: — Obrigado Sr. Deputado pelo reparo, tomarei isso em consideração e farei com que na próxima vez as coisas fluem normalmente.

Gostaria de agradecer a presença e a participação das Sras. e Srs. Deputados e declaro encerrada esta sessão de hoje.

*Eram 12 horas e 5 minutos.*

*Faltaram a sessão os seguintes Srs. Deputados:*

Acção Democrática Independente (ADI):

**Levy do Espírito Santo Nazaré**

**Ivo Mendoça da Costa**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

**Aérton do Rosário Crisóstomo**

**Domingos Monteiro Fernandes**